

# BÓSNIA-HERZEGOVINA: A VITÓRIA DA POLÍTICA DO MEDO<sup>1</sup>

Omar Ribeiro Thomaz

## RESUMO

Este texto introdutório ao Dossiê Bósnia-Herzegovina trata do conflito que sacudiu a região nos últimos anos. Destacam-se os processos pelos quais as manifestações culturais e o jogo de diferenças étnicas, religiosas e lingüísticas da região ganharam peso político fundamental na definição dos rumos da guerra e foram manipulados ao longo do conflito armado. Assim, analisam-se alguns aspectos da história da formação da moderna Iugoslávia e os fatos ocorridos na última década, que criaram um estado de temor permanente ou latente entre as distintas comunidades balcânicas.

*Palavras-chave: Bósnia-Herzegovina; Iugoslávia; guerra civil; conflitos interétnicos; comunidades na Bósnia.*

## SUMMARY

As an introduction to the Bosnia Dossier, this article discusses the conflict that has shaken the region over the last few years. The author underscores the processes whereby cultural manifestations and the interplay between ethnic, religious and linguistic differences gained a fundamental political importance in the region, defining directions the war was to take, while also becoming subject to manipulation during the armed conflict. The article provides an analysis of certain historical aspects of the formation of modern Yugoslavia along with a discussion of the events of the last decade, which have created a permanent or latent state of fear among the different Balkan communities.

*Keywords: Bosnia-Herzegovina; Yugoslavia; civil war; interethnic strife; communities in Bosnia.*

*Era precisamente a aparente estabilidade do mundo exterior que levava cada grupo expulso de suas fronteiras, antes protetoras, parecer uma infeliz exceção a uma regra sadia e normal, e que, ao mesmo tempo, inspirava igual cinismo tanto às vítimas quanto aos observadores de um destino aparentemente injusto e anormal. Para ambos, esse cinismo parecia sabedoria em relação às coisas do mundo, mas na verdade todos estavam mais perplexos e, portanto, mais ignorantes do que nunca.*

Hannah Arendt, *As origens do totalitarismo*.

(1) Agradeço o apoio e as leituras críticas de Alvaro Comin, Vera Silva Telles, Pedro Puntóni e Kazuo Nakano.

Pouco sabemos, de fato, sobre os acontecimentos que sacudiram o território bósnio nos últimos anos. Talvez, por sermos vítimas da mesma perplexidade apontada por Hannah Arendt quando se defrontou com o

destino funesto dos "refugos da terra" que povoaram o continente europeu no entre-guerras. Pudemos, sim, acompanhar a explosão de violência que envolveu diferentes comunidades — definidas em função de sua "origem nacional", "etnia" ou "confissão". Havia ainda outros personagens na tragédia que assolou este pequeno país balcânico: o exército iugoslavo, milícias sérvias, croatas ou bósnias e inúmeras organizações internacionais. Destas últimas, a ONU possuía o mandato de proteger a população civil e fazer cumprir um conjunto de resoluções, tais como a proibição da venda de armas na região; outras — "grupos de contato", chefes de estado etc. — procuravam equacionar inúmeros tratados de paz (continuamente desrespeitados); e por fim houve a entrada em cena da Otan, cujo propósito, a partir de um determinado momento, foi o de deter milícias que atormentavam cidades inteiras. Podíamos seguir via satélite o calvário de uma população civil exposta a uma violência que, acreditava-se, não voltaria a assolar a geografia européia: campos de concentração, deportações em massa, assassinatos, cercos a cidades, civis vítimas de franco-atiradores e ataques do exército federal iugoslavo ou de milícias. Isto diante da impotência dos organismos internacionais, dos Estados Unidos, da União Européia...

A cidade de Sarajevo rapidamente se transformou no símbolo de resistência de uma população acossada ao longo de anos por um cerco cruel. Como lembra o escritor bósnio Pedrag Matvejevic, a capital da Bósnia-Herzegovina bateu o triste recorde de Leningrado, superando os novecentos dias em que a cidade russa foi assediada pelo cerco nazista<sup>2</sup>. Franco-atiradores transformaram ruas e bairros inteiros em retratos fantasmagóricos do que haviam sido; nos rigorosos invernos que se sucederam, os habitantes de Sarajevo se viram desprovidos do mínimo necessário para garantir sua sobrevivência. A cidade, que no início da década anterior sediara os jogos olímpicos de inverno e era conhecida por seus monumentos arquitetônicos e pelo cosmopolitismo, fruto do encontro de diferentes civilizações, do Oriente e do Ocidente, via-se agora fraturada, partida<sup>3</sup>. Nos dias de aparente calma, a população saía às ruas e ocupava as mesas dos poucos cafés que abriam suas portas e terraços, ia ao mercado e, quando lá faltavam produtos, tinha que percorrer os meandros do mercado negro. Os bondes já não circulavam — por causa dos franco-atiradores — e a calma podia ser interrompida a qualquer momento por um ataque fulminante da artilharia sérvia, que ocupava os subúrbios da cidade. Escolas, teatros, cinemas e bibliotecas estavam fechados ou haviam sido destruídos; ainda assim, saltimbancos ou orquestras atuavam quando possível, sobretudo quando havia a espessa neblina que obstruía a mira dos sitiadores<sup>4</sup>; e sabemos da determinação de seus habitantes, que se obstinavam em manter vivos festivais de teatro e música, e para isso convidaram intelectuais do mundo inteiro (Susan Sontag e Juan Goytisolo, entre outros, compareceram).

Bogdan Bogdanovic, arquiteto e antigo prefeito de Belgrado, atualmente residindo em Viena, fala do cerco de Sarajevo como algo mais do que o assédio aos seus habitantes:

(2) Matvejevic, Pedrag. "Guerra e memória". In: *Sarajevo*. Milano: Federico Motta Editore, 1995, p. v.

(3) Matvejevic (ibidem) afirma: "... creio conhecer aquela cidade onde o Ocidente e Oriente se davam as mãos" (p. viii).

(4) A referência aos dias de neblina em Sarajevo encontramos no belo filme do diretor grego Theo Angelopoulos, *Le regard d'Ulysse* (1995), o qual comentaremos mais adiante.

(5) Bogdanovic, Bogdan. "L'homme-Sarajevo". *Esprit*, nº 211, maio de 1995, p. 91. Susan Sontag, que visitou a cidade inúmeras vezes ao longo da guerra, também deixou registros da tenacidade dos seus habitantes na defesa daquilo que consideravam ser os símbolos de Sarajevo. Cf. "A indiferença aqui e os pesadelos lá". *Folha de S. Paulo*, 17/03/96, caderno Mais!, p. 7.

(6) Matvejevic, Pedrag, op. cit., p. x.

(7) A 7 de abril de 1992, ano seguinte à declaração de independência da Bósnia-Herzegovina, aprovada no parlamento de Sarajevo (15/10/91), é autoproclamada a "República Sérvia da Bósnia-Herzegovina", com capital em Pale e que jamais gozou de reconhecimento internacional. Cf. Bougarel, Xavier. *Bosnie: anatomie d'un conflit*. Paris: La Découverte, 1996, p. 163.

(8) Cf. Nahoum-Grappe, Véronique. "Srebrenica: il y a un an". *Esprit*, nº 223, jul. 1996, pp. 5-14.

(9) Embora em Sarajevo representantes de partidos croatas (católicos) e muçulmanos tenham se contraposto àqueles do partido sérvio (ortodoxos), as relações entre aquelas duas comunidades nem sempre foram pacíficas. Por um lado, pesa a desconfiança de um pacto secreto entre Trujman, líder da Croácia independente, e Milosevic, líder sérvio da nova Iugoslávia; por outro, no dia 3 de julho de 1992 grupos croatas autoproclamaram a "Comunidade Croata da *Herceg-Bosna*", com pretensões ora de anexação à Croácia, ora de uma possível independência. Cf. Bougarel, Xavier, op. cit.

*...os defensores de Sarajevo não defendiam somente sua cidade, mas a cidade em geral, o princípio de urbanidade e o cidadão que existe em todos os homens que eles se obstinaram em viver em razão desta urbanidade e do civismo. Desde o início, a defesa de Sarajevo foi a defesa da idéia de cidade, a defesa da cidade-idéia<sup>5</sup>.*

Qual cidade-idéia? Aquela que havia se constituído, modernamente, como a capital de todos os povos da Bósnia-Herzegovina, fossem estes muçulmanos, croatas (católicos), sérvios (ortodoxos) ou judeus. Aquela que traduzia o espaço da cidade no espaço da troca entre os diferentes, no espaço do conflito que se traduz em política, no espaço da cidadania, da civilidade, da urbanidade. Daí o orgulho que sentiam seus habitantes pela Biblioteca Nacional, de estilo neomourisco, símbolo do poder austro-húngaro nos Bálcãs, que guardava preciosos documentos orientais, árabes, otomanos e eslavos<sup>6</sup> — ora destruída. Daí também o desejo de continuar promovendo seus festivais de inverno, de cinema e de teatro, suas exposições. Sarajevo representava tudo isto diante do assédio de milícias sérvias sob as ordens de Pale, o beneplácito de Belgrado e a indiferença internacional. Pale tornou-se, assim, símbolo triste do seu reverso: a idéia de cidade se desfaz aqui naquele espaço homogêneo que nega a troca e as reciprocidades entre os grupos. Traduz um outro projeto: o de uma Bósnia servia, depurada daqueles habitantes indesejáveis<sup>7</sup>.

Sarajevo, contudo, foi apenas um dos centros urbanos cujos habitantes foram massacrados pelo isolamento do cerco: Srebrenika, Zepa, Gorazde, entre outros enclaves muçulmanos criados com o objetivo de proteger a população civil, se viram sitiados e ameaçados<sup>8</sup>. Mostar foi literalmente partida em duas, quando a ponte românica que ligava os lados muçulmano e católico da cidade foi atingida por um morteiro. Tal ponte não representava apenas um monumento da humanidade que foi definitivamente pelos ares: representava uma convivência secular possível, ainda que difícil; daí o absurdo da sua destruição. As relações entre estas duas comunidades mostraram-se ainda mais frágeis que a ponte, e após os tratados de paz Mostar não alcançou ainda sua unificação<sup>9</sup>.

Atribuir a violência à desagregação do estado iugoslavo foi uma das explicações recorrentes para a guerra civil na Bósnia ou o conflito entre a nova Iugoslávia (Sérvia e Montenegro) e as recém-fundadas repúblicas da Eslovênia e da Croácia: trata-se do dado mais evidente a partir do qual se tende a estabelecer uma relação imediata de causalidade entre um fenômeno e outro. No entanto, parece-nos uma explicação limitada — explica algo, mas não tudo —, pois o mesmo não ocorreu com o fim da Tchecoslováquia<sup>10</sup> e nem se estendeu por toda a geografia das repúblicas da antiga União Soviética ou, da mesma forma, por todas as ex-repúblicas iugoslavas<sup>11</sup>. Evidentemente, há relação entre a desmontagem do estado e embates que reabrem problemas de territórios e fronteiras. Deparamo-nos com um conflito que reatualiza, em termos dramáticos e absurdos, o que esteve historicamente no projeto original da formação dos modernos estados nacionais: a definição política e territorial da nação, uma comu-

(10) Vaclav Havel definiu a revolução antitotalitária de Praga como a "transição de veludo" (*apud* Semprun, Jorge. *Saudações de Federico Sanchez*. São Paulo: Paz e Terra, 1995, p. 96). Semprun, em seu depoimento sobre sua passagem pelo executivo espanhol como ministro da Cultura do governo socialista de Felipe Gonzalez entre 1988 e 1991, recupera esta expressão para referir-se à transição espanhola e aos acordos logrados entre diferentes setores da sociedade, partidos, sindicatos e as nacionalidades basca e catalã. A experiência espanhola será retomada como contraponto aos acontecimentos na ex-Iugoslávia por Robin Blackburn, um dos autores deste dossiê.

(11) É importante salientar algumas particularidades da guerra da Bósnia em face dos conflitos que a antecederam nas fronteiras eslovenas e na Croácia, onde estados recém-fundados enfrentaram as estruturas bélicas do estado do qual faziam parte. No primeiro caso, a guerra contrapôs o exército federal iugoslavo à defesa territorial eslovena entre 27 e 30 de junho de 1991 (a proclamação das independências da Eslovênia e da Croácia fora no dia 25, cf. Bougarel, Xavier, *op. cit.*, p. 163). Algumas semanas depois, o exército federal se retirou e a Presidência iugoslava afirmou a "pouca importância" da Eslovênia em função da "insignificante" minoria de origem servia (Kaldor, Mary. "Yugoslavia and the new nationalism". *New Left Review*, n.º 197, jan./fev. 1993, p. 100). A Croácia se viu ao longo de meses num conflito aberto com a Sérvia (ressalte-se que o exército iugoslavo havia sido previamente depurado de elementos não-sérvios) (cf. Kaldor, Mary, *ibidem*; Nahoum-Grappe, Véronique, *op. cit.*), justificado por Belgrado pela importante minoria servia ameaçada pelo novo regime de Zagreb. Na região litigiosa de Krajina, chegou-se a proclamar-se uma "República Sérvia" que jamais alcançou o reconhecimento internacional. Os ataques do exército federal a Vukover e Dubrovnik chocaram profundamente a opinião pública internacional. Em ambos os casos não tivemos, contudo, a sobreposição de uma agressão exterior a uma guerra civil total.

nidade de sentido, cultural e linguisticamente homogênea, unida por uma história e por um destino comuns.

Na antiga Iugoslávia o conflito terá sido tanto mais violento ali onde não se encontravam maiorias "étnicas" ou "nacionais" claramente definidas<sup>12</sup>. Donde outra explicação corriqueira, e sobre a qual nos deteremos um pouco mais: o ciclo de violência na Bósnia-Herzegovina seria consequência direta de "ódios ancestrais" entre os distintos grupos "étnicos" da região. Trata-se de uma interpretação que tende a "naturalizar" não apenas os grupos que compõem o território bósnio, mas o suposto "ódio" que cultivariam entre si. A guerra, então, seria explicada pela impossibilidade de convivência entre os diferentes grupos "étnicos", definidos, no caso da Bósnia, a partir de sua adscrição "nacional" — "Muçulmanos", "Croatas" e "Sérvios" — ou religiosa — muçulmanos, católicos e ortodoxos. Saliente-se que tal procedimento traz consigo o perigo da "naturalização" da própria guerra — algo, por outro lado, recorrente em outros conflitos bélicos atuais, como os de Ruanda e Burundi, na região dos Grandes Lagos africanos, ou a guerra da Tchetchênia, no Cáucaso. As consequências podem ser terríveis, como, por exemplo, o ceticismo diante da ação internacional de organismos que têm como mandato a proteção da população civil em determinadas circunstâncias, a indiferença diante da evidência de que o material bélico indispensável para guerras de tal magnitude não é produzido nos locais de conflito ou o cinismo decorrente do distanciamento em face de massacres, torturas e deportações. Tal explicação ignora ainda imensos períodos da história nos quais estas comunidades conviveram, se não harmonicamente, regulando os seus conflitos a partir de um conjunto de reciprocidades que criavam verdadeiros laços sociais entre elas.

O caso da Bósnia em particular, e da Iugoslávia de maneira geral, merece atenção especial. A internacionalização do espaço bósnio como objeto de interesse dos antigos impérios que dominaram a parte centro-oriental da Europa até a eclosão da I Guerra Mundial — austro-húngaro, otomano e russo — e a violência local com que se manifestou esta disputa de interesses conferem-lhe uma densidade histórica sem precedentes. O caráter do conflito bélico nos Bálcãs ao longo da II Guerra<sup>13</sup> e a particularidade do estado iugoslavo sob a liderança de Tito nas décadas marcadas pela Guerra Fria, do ponto de vista tanto econômico quanto político e social, sugerem que nos deparamos com um fenômeno de múltiplas facetas<sup>14</sup>. Por fim, o uso da "história" no sentido de conferir legitimidade à guerra e ao extermínio — que leva ao que já foi chamado de "confisco da memória"<sup>15</sup> — delineia um quadro complexo, de difícil compreensão.



O período do final da década de 80 e início dos anos 90 nos surpreendeu com mudanças inusitadas no Leste europeu, que não podiam deixar de ter pro-

(12) A Eslovênia constitui uma república bastante homogênea, com 90% da população de origem eslovena; a Croácia possui um importante contingente populacional de origem sérvia; quanto à Bósnia, os dados de 1991 são os seguintes: de um total de 4.364.574 habitantes, 43,7% (1.905.829) são muçulmanos, 31,4% (1.369.258) sérvios e 17,3% (755.895) croatas, enquanto 5,5% (239.845) se classificavam como "iugoslavos" e 2,1% pertenciam a outras categorias "étnicas" (Bougarel, Xavier, op. cit., p. 141).

(13) O fato de o estado iugoslavo no entre-guerras ter sido claramente dominado por uma "etnia de estado" (os sérvios) gerou uma situação de extrema violência, sobretudo entre os sérvios e os croatas, e a existência do estado croata "fantasma" do nazismo alemão, responsável pelo massacre de sérvios, judeus e mesmo muçulmanos da Bósnia, foi continuamente lembrada e apropriada nos últimos anos no sentido de estimular a violência. Para maiores informações sobre as conflituosas relações entre sérvios e croatas ver: Rapacka, Joanna. "L'arrière-plan culturel et historique du conflit serbo-croate". *Le Débat*, n° 76, set./out. 1993.

(14) Entre os países do bloco socialista, a Iugoslávia sempre se configurou como um caso particular. "Seu sistema totalitário foi um pouco liberalizado economicamente através da experiência, malograda, de autogestão, e culturalmente abriu-se progressivamente um espaço para o debate intelectual" (Morin, Edgar. *Les fratricides: Yougoslavie-Bosnie 1991-1995*. Paris: Arléa, 1995). Cabe lembrar também que, apesar de a capital da federação, Belgrado, situar-se na Sérvia e de os sérvios dominarem postos-chaves na administração, ao longo dos anos as distintas repúblicas lograram um considerável grau de autonomia e o estado iugoslavo jamais ignorou a existência de uma multiplicidade etnolinguística no interior de suas fronteiras. Um bom exemplo deste último ponto é o florescimento da literatura moderna iugoslava em distintas línguas, sobretudo em sérvio-croata, esloveno e macedônio.

fundo impacto numa Iugoslávia já assolada por sucessivas crises econômicas e conflitos sociais<sup>16</sup>. Como ficará claro no artigo de Robin Blackburn publicado neste Dossiê — que analisa mais de perto os processos que antecederam a desmontagem do estado e suas conseqüências no que concerne à natureza da guerra —, o conflito bélico iugoslavo veio precedido de uma divisão do país nos aspectos econômico e político. Desigualdades econômicas entre as distintas repúblicas e regiões criaram imensas disparidades entre as mais "ricas" — mais "próximas" da Europa ocidental<sup>17</sup> — e as mais "pobres". A Eslovênia e a Croácia ostentavam melhores índices de emprego e qualidade de vida, enquanto a Macedônia e, sobretudo, a província de Kosovo — de maioria albanesa — registavam índices que as aproximavam dos países do Terceiro Mundo.

A crescente abertura para o Ocidente ocorreu num contexto de profunda crise econômica, mas não só: a Constituição iugoslava de 1974 havia concedido maior autonomia às repúblicas, aos seus corpos burocráticos e mesmo aos quadros do partido. A morte do marechal Tito, em maio de 1980, e a efetivação da Presidência colegiada, que alternava lideranças políticas das distintas repúblicas e províncias autônomas, pareciam configurar o auge do processo de autonomia almejado por boa parte da população. A Iugoslávia da década de 80, particularmente a Bósnia, traduziu a oscilação que caracterizou a sua formação como estado socialista não-alinhado, como descreveu Xavier Bougarel<sup>18</sup>: ao lema titista de "fraternidade e unidade" contrapunham-se continuamente o fortalecimento e a redefinição das estruturas comunitárias. No caso da Bósnia, comunidades "confessionais" — sobretudo a partir da Constituição de 1974, com o reconhecimento dos "Muçulmanos" como "nação" — afirmaram-se como "nacionais" ou "étnicas": "Muçulmanos", "Sérvios" e "Croatas"<sup>19</sup>.

O processo inicial de democratização na Bósnia e a opção pelo multipartidarismo ocorreram num movimento paradoxal de, por um lado, afirmação de partidos de caráter nacionalista e, por outro, surgimento dos partidos "cidadãos". Os primeiros predominariam sobretudo em regiões etnicamente homogêneas ou rurais, enquanto os últimos teriam força expressiva entre as elites intelectuais urbanas e o operariado — grupos cujo crescimento e fortalecimento se deu com a modernização do estado iugoslavo e cujas reivindicações democráticas ou sindicais ultrapassavam as fronteiras comunitárias. As primeiras eleições livres de 18 de novembro de 1990 para o parlamento bósnio delinearão o seguinte quadro: o Partido da Ação Democrática (SDA) — muçulmano — conquistou 30,4% do total de votos; o Partido Democrático Sérvio (SDS), 25,2%; Comunidade Democrática Croata (HDZ), 15,5%; e os partidos "cidadãos", 28,9%<sup>20</sup>. Portanto, ao lado de uma expressiva maioria que reafirmava politicamente sua fidelidade à sua comunidade "étnica", um número significativo de indivíduos expressava sua vontade por meio do voto "cidadão". O quadro não era simples, mas a liderança muçulmana era clara, e foi confirmado Izetbegovic como primeiro a ocupar a Presidência coletiva bósnia.

Não queremos sugerir aqui que o voto em partidos que se colocavam como representantes de comunidades específicas representa algum tipo de

(15) Cf. Ugresic, Dubravka. "The confiscation of memory". *New Left Review*, n.º 218, jul./ago. 1996. O "confisco da memória" seria o reescrever uma história mítica formada por mártires e heróis, algo bastante freqüente em círculos nacionalistas, sobretudo na atual Sérvia, que utilizam a idéia da existência de uma "Sérvia Celestial", constantemente objeto de agressão por parte dos muçulmanos, o que justificaria a sua ação beligerante na Bósnia. Cf. também Nahoum-Grappe, Véronique, op. cit., p. 13.

(16) Recentemente, a revista *Estudos Avançados* (vol. 10, n.º 28, set./dez. 1996) organizou um importante dossiê que procura dar conta das transformações sistêmicas que caracterizaram a Europa do Leste. Como chama a atenção Lenina Pomeranz, uma das autoras desse dossiê, o processo de transformação se desenvolve de maneira bastante desigual e possui amplitude, profundidade e ritmos próprios em cada um dos países (p. 9). Podemos afirmar aqui que, no caso das antigas repúblicas iugoslavas, a compreensão da natureza da transformação passa necessariamente pela guerra.

(17) A proximidade com a "Europa" faz referência evidente à história destas distintas repúblicas. Enquanto a Eslovênia e a Croácia estiveram por longos períodos sob o domínio austro-húngaro, as demais regiões foram territórios objeto da expansão otomana na Europa centro-meridional.

(18) Bougarel, Xavier, op. cit., pp. 39-47.

(19) Como fica claro no trabalho do historiador turco Aydin Babuna ("The emergence of the first Muslim Party in Bosnia-Herzegovina". *East European Quarterly*, vol. XXX, n.º 2, jun. 1996), a associação de uma comunidade confessional — "muçulmanos" — à noção de "nacionalidade" é muito antiga, datando, pelo menos, do período austro-húngaro da Bósnia (que será detalhado no artigo de Jean Béranger deste Dossiê). A Constituição de 1974 não faria mais que reconhecer "de fato" uma "nacionalidade" que já se expressaria nas relações sociais existentes entre os distintos grupos na Bósnia.

(20) Bougarel, Xavier, op. cit., p. 46.

"arcaísmo" e o voto em partidos "cidadãos", qualquer sorte de "modernidade". É evidente que o primeiro só pode ser compreendido se temos em conta a história da região e, portanto, sua tradição comunitária, e o segundo, se nos atemos a períodos recentes da Iugoslávia e ao surgimento de novos grupos urbanos, aspecto detalhado no artigo de Ivan Ivekovic neste Dossiê. Este mesmo autor nos oferece uma instigante discussão em torno da impossibilidade de se estabelecer uma relação de causa e efeito entre "comunidades étnicas" ou "religiosas" e a guerra. Segundo seu argumento, as identidades sociais — na Bósnia-Herzegovina ou alhures — são construídas e continuamente reinventadas, e não algo "congelado" que tende a se reproduzir continuamente e do qual os indivíduos não podem se desvencilhar. A questão é *por que*, neste contexto específico, a idéia de "identidade" foi capaz de mobilizar partes significativas da população, embora provocasse perplexidade em grupos não pouco expressivos da sociedade da ex-Iugoslávia. Entretanto, devemos nos questionar sobre a idéia repetida *ad nauseam* pelos meios de comunicação e por personalidades políticas internacionais de que se tratava de grupos "étnicos" que não podiam conviver entre si, e que portanto a guerra era inevitável e a democracia, impossível. Ivan Ivekovic mostra que justamente no espaço iugoslavo — talvez com exceção dos albaneses de Kossovo e dos magiares da Voivodina — nos deparamos com um conjunto de "diferenças" mínimas, que podem, portanto, ser usadas tanto no sentido de promover a "unificação" como de exacerbar a fragmentação<sup>21</sup>.

A democratização interna na Bósnia-Herzegovina se deu par a par com processos semelhantes na Eslovênia, Croácia e Macedônia, e em todas estas repúblicas o desenrolar político caminhou para enfrentamentos com Belgrado e para a secessão. A independência do poder central foi precedida, em geral, por referendos<sup>22</sup>. No entanto, parcelas consideráveis da população receavam por seu futuro nas novas estruturas políticas que se fundavam, sobretudo nos casos da Croácia e da Sérvia, onde os princípios de cidadania passavam crescentemente a coincidir com os de "nacionalidade" ou "etnia". Sérvios na Croácia e na Bósnia, albaneses na Macedônia e mesmo comunidades croatas na Bósnia conformavam minorias nacionais que viam com suspeita e temor os novos regimes; para alguns destes grupos, como as comunidades sérvias alhures, o poder de Belgrado representava uma mínima segurança diante de um futuro nebuloso. Esta insegurança se manifestava mesmo onde o caráter "multiétnico" do novo estado era afirmado, caso da Bósnia. Para isto contribuía o passado do primeiro titular da Presidência colegiada, Alija Izetbegovic, que em 1970 escrevera a "Declaração islâmica", na qual clamava por uma unidade da comunidade islâmica do Marrocos à Indonésia — o que lhe valeu algum tempo na prisão. Embora venha declarando continuamente sua mudança de ponto de vista e com isto afirmando o caráter multiétnico da Bósnia-Herzegovina, muitos dos seus opositores se apoiam nesta passagem de sua biografia para pôr em questão sua legitimidade<sup>23</sup>, bem como na tendência de seu governo a privilegiar muçulmanos nos cargos de confiança.

(21) Peter Gay parte da mesma idéia freudiana do "narcisismo das pequenas diferenças" explorada por Ivan Ivekovic para o caso iugoslavo contemporâneo, na sua instigante análise sobre o "clima" que antecedeu a I Guerra, a "histeria nacionalista" que tomou conta de intelectuais, burgueses, estadistas e da massa, salientando que a maioria dos "mercadores do ódio" ignorava as características da guerra moderna (Gay, Peter: *O cultivo do ódio: a experiência burguesa da rainha Vitória a Freud*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995: pp. 515-528).

(22) Em quase todos os referendos (com exceção da Eslovênia), minorias significativas manifestaram sua rejeição à secessão, boicotando o chamado das urnas. No caso da Bósnia, o boicote foi promovido pela comunidade sérvia, e dos 64% dos votantes que compareceram às urnas em 29 de fevereiro de 1992, 99% optaram pelo "sim". No que se refere ao reconhecimento internacional, a União Européia foi precedida pela Alemanha, que reconheceu em 23 de dezembro de 1991 as independências da Croácia e da Eslovênia. O processo de reconhecimento da Bósnia e da Macedônia teve início no ano seguinte, esta última com imensas dificuldades diante da firme oposição grega, temerosa de um expansionismo de Skopje em relação à província grega da Macedônia. Cf. Bougarel, Xavier, op. cit., pp. 162-165.

(23) Cf. Kaldor, Mary, op. cit., p. 104.

A que se deve este temor? Apenas à crise econômica, que propicia o afã de se procurar "bodes expiatórios"? Ao "ódio natural" entre estas distintas comunidades, também "naturalmente" distintas? É importante lembrar aqui o papel da noção de "comunidade", "etnia" ou "nação" no contexto iugoslavo. Diz respeito a um conjunto de diferenças ora lingüísticas e culturais, ora religiosas que, de alguma forma, nortearam suas relações historicamente. Ivan Ivekovic nos lembra porém que as "diferenças" devem ser relativizadas, tanto no que se refere aos aspectos lingüístico-culturais quanto aos religiosos. Neste fim de século, estas "diferenças" — as quais constituem experiências reais que dizem respeito à forma como os indivíduos articulam sua vida cotidiana — não teriam necessariamente que levar a um conflito de tal magnitude.

Aleksandar Jovanovic recorda que, embora os eslavos do Sul tenham estado politicamente divididos por longos períodos da história, a idéia da existência de uma "comunidade de destino" possível para estes povos antecede em muito a construção da Iugoslávia. Isto fica claro nos estudos que nos apresenta este autor sobre aqueles intelectuais que ao longo do século XIX se debatiam em torno das línguas, variantes dialetais e alfabetos a partir dos quais poder-se-ia criar uma "norma culta" e impulsionar uma literatura na região diferente da eclesiástica<sup>24</sup>. Tais estudos nos sugerem que, longe das disputas políticas e dos conflitos que, evidentemente, existiram na região, a forma de equacionar as distintas identidades étnicas de sérvios, croatas, muçulmanos, macedônios etc. não foi marcada sempre por conflitos de sangue. Entre vendetas e lutas pela terra, um universo cultural extremamente rico configurou-se nos Bálcãs. Aqueles que "usam e abusam" da história preferiram, contudo, enfatizar outras *histórias*, criando a ilusão de um conflito de sangue, se não permanente, latente.

Ao longo da década de 80, conflitos reais ou imaginários conformaram parte do objeto privilegiado de um serviço de propaganda crescentemente dominado pelo poder sérvio de Belgrado. Não podemos esquecer que os massacres de albaneses de Kossovo em abril de 1981 deixaram uma amarga lembrança que alimentava a ansiedade de uma população cada vez mais oprimida pelo desemprego e pela crise econômica. Esta província autônoma da Sérvia merece atenção especial, por configurar-se como uma das mais explosivas da antiga e da atual Iugoslávia. Por um lado, ao longo do período titista Kossovo jamais gozou do estatuto de "república federada", mas de "província autônoma" da Sérvia (malgrado a maioria esmagadora de albaneses na região); por outro, a tendência da década de 80 (sobretudo a partir de 1989, quando lhe foi praticamente suprimida a autonomia provincial) foi de uma repressão política brutal do poder sérvio na província, a mais deprimida economicamente. Do ponto de vista legal, nem os albaneses de Kossovo nem os magiares da Voivodínia poderiam constituir sua própria república no interior da Iugoslávia e, assim, ser considerados uma "nacionalidade", em função da existência dos estados nacionais albanês e húngaro. São assim legalmente considerados "minorias nacionais", ao lado de ciganos, judeus, romenos da Macedônia etc.

(24) Cf., entre outros textos, "A renovação da língua servo-croata"; "Macedônio — a 'última' língua literária eslava"; "Aparentamentos sobre as influências persas, árabes e turcas no léxico do servo-croata e macedônio modernos". In: Jovanovic, Aleksandar. *A sombra do quarto crescente: notas sobre história e cultura da Europa centro-oriental*. São Paulo: Hucitec, 1995.

A situação de Kosovo é especial, pois ali os albaneses conformam, na atualidade, mais de 80% da população e um terço do total de albaneses existentes no mundo, espalhados entre a Albânia, Kosovo, Sérvia, Montenegro, Macedônia, Grécia e aqueles da "diáspora" (países da Europa ocidental — principalmente Itália —, Estados Unidos, Austrália etc.). Sobretudo desde 1989, os albaneses étnicos de Kosovo vêm sofrendo intenso assédio policial e militar, repressão brutal no que se refere às instituições de ensino, obstrução ao acesso a determinados cargos públicos etc. Kosovo constitui-se ainda em objeto privilegiado da propaganda sérvia por ser considerada a "pátria original" dos sérvios, tema bastante freqüente na literatura nacionalista. A idéia de Kosovo como "pátria original" lhe confere quase que um caráter mitológico, o que contribui para uma profunda animosidade diante da maioria albanesa, considerada e tratada muitas vezes como "estrangeira" ou "invasora", e desfavorece as reivindicações de maior autonomia<sup>25</sup>.

As repúblicas ricas do Norte acusavam continuamente as pobres ou empobrecidas do Centro-sul de malversarem os fundos públicos. A população se viu em meio a crescentes rumores que as enchiam de temor, e determinadas comunidades passaram a se sentir desprotegidas ora diante de setores majoritários da população, ora diante de um poder político e policial pouco preocupado em zelar pelo bem comum. Podemos afirmar que o clima que antecedeu a formação dos partidos nacionalistas e as sucessivas independências da Eslovênia, Croácia, Macedônia e Bósnia-Herzegovina era de temor diante da violência que se aproximava<sup>26</sup>. A década de 90 assiste, assim, ao início da constituição de instituições democráticas na Bósnia, as quais, no entanto, são rapidamente solapadas pela vitória da política do medo.

Compreender a eficácia da política do medo e do ódio nos lança diretamente no coração da crise iugoslava e — por que não dizer? — na demência que se apossou de determinadas lideranças políticas ou elites locais<sup>27</sup>. Leva-nos, contudo, à história bastante complexa de uma região que, neste século, foi sacudida por, pelo menos, três guerras fratricidas. Em todas, o fantasma das anteriores parece ter ressuscitado para dar sentido ao conflito em curso.



A Bósnia-Herzegovina — assim como outras regiões da antiga Iugoslávia — constitui historicamente o que podemos chamar de "região de fronteira". No caso, fronteira entre Oriente e Ocidente. "Ser fronteira" sugere múltiplas metáforas, nem sempre cômodas. No caso, não nos deparamos com uma metáfora — embora também o seja —, mas com uma fronteira real, aquela que foi objeto de disputa entre poderosos impérios — o austro-húngaro, o russo e o otomano. Muito da "confusão étnica" do mapa

(25) No que se refere à situação atual de Kosovo, ver, de autor anônimo, "Kosova, the quiet siege". *Cultural survival*. "Nationalism in Eastern Europe, nations, states, and minorities". Cambridge, MA, vol. 19, 1995 (não é divulgado o nome do autor, segundo a revista, a pedido do próprio, certamente para evitar perseguições); Jovanovic, Aleksandar. "A batalha de Kosovo na literatura sérvia". In: *A sombra do quarto crescente...*, op. cit.

(26) Não podemos esquecer que ao longo deste período corriam notícias sobre arbitrariedades cometidas contra minorias em outros países vizinhos, como as minorias turca e cigana na Bulgária, húngara na Transilvânia romena ou grega na Albânia. Poder-se-ia afirmar, no entanto, que partes consideráveis das populações de grandes centros como Sarajevo estavam alheias ao ciclo de violência que se anunciava, apostando claramente num processo de democratização que o evitaria. Para um balanço geral da situação das minorias na Europa oriental, ver número especial de *Cultural Survival*, op. cit.

(27) Novamente, é bastante ilustrativa a análise de Peter Gay (op. cit.) sobre a atuação das elites nacionais nos anos que antecederam a I Guerra, em estrita consonância com a análise de Ivekovic.



balcânico se deve ao fato de ser "terra de fronteira" não apenas geográfica, mas também humana. A presença de amplos contingentes muçulmanos na Bósnia deve-se à conversão de parcelas significativas de eslavos que se viram privilegiadas quando da ocupação do território pelos otomanos — tanto no aspecto do controle da terra como no da ocupação de cargos burocráticos —, e não a uma migração "turca" em massa para a região. No caso de Kosovo, o estabelecimento de albaneses ali — há muito islamizados — deveu-se a uma política deliberada de Istambul de garantir o seu poder numa região tradicionalmente sérvia. Tanto em um caso como em outro, a atribuição "turco" por parte da propaganda sérvia apelou ora para uma "traição" ocorrida há mais de quinhentos anos, ora para o estatuto "estrangeiro" da população.

O artigo de Jean Bérenger apresentado neste Dossiê nos revela um complexo quadro dos interesses que se entrecruzaram na região dos Balcãs nas últimas décadas do século XIX e no início do século XX, a partir de uma pormenorizada história diplomática. Lá se enfrentavam a Monarquia Dual, o império otomano e o império russo — à época vigilante quanto ao destino das populações eslavas do Sul, sobretudo aquelas de fé ortodoxa, e com interesses de expansão no Mediterrâneo. Vários congressos se realizavam então, reunindo monarcas, políticos e diplomatas, com o objetivo de melhor administrar a "partilha" do mundo entre as potências coloniais. O Reino Unido e a França seriam, neste processo, agraciados com imensos territórios na África e no Oriente, mas o mesmo não ocorreria com a Áustria-Hungria, que passou a ver os Balcãs como um território de expansão "colonial". A Bósnia-Herzegovina foi, então, "desajeitadamente" incorporada, em 1878, como um "protetorado" às terras do imperador de Viena, o que, como ficará claro no artigo de Bérenger, provocaria problemas tanto internos como externos ao Império.

Se a incorporação política ao império centro-europeu sugeria uma aproximação da Bósnia às potências ocidentais, seu estatuto de "protetorado" introduzia um desequilíbrio no já complexo quadro de relações entre os distintos grupos nacionais súditos da Monarquia Católica<sup>28</sup>, muitos dos quais inquietos com o súbito crescimento de eslavos nas terras do Império e com possíveis conflitos com a Sublime Porta. "Situação colonial", neste contexto, significava que o território teria uma administração específica, na qual parte dos quadros burocráticos seria ocupada pelos homens de Viena, os quais elaboraram uma gestão diferenciada dos investimentos para o "protetorado", considerando-o território de consumo dos produtos industrializados produzidos nas regiões desenvolvidas do Império. A anexação do território em 1908 não conseguiu evitar as contradições inerentes ao sistema colonial, e a Bósnia-Herzegovina era já objeto dos "irredentistas"<sup>29</sup> sérvios, que expressavam seus desejos secessionistas com a elaboração de uma ideologia nacional. Como já foi detalhado pelo historiador turco Aydin Babuna, a incorporação da Bósnia ao império austro-húngaro é que levaria à emergência de grupos muçulmanos articulados politicamente de forma "nacional" em torno de um partido<sup>30</sup>.

(28) Bérenger, em outros trabalhos (*El imperio austro-húngaro 1273-1918*. Barcelona: Crítica, 1991; *L'Autriche-Hongrie 1815-1918*. Paris: Armand Colin, 1994), desenha um interessante quadro da Monarquia Dual no que se refere ao estatuto das distintas nacionalidades súditas do imperador católico. A expansão do sistema de ensino na segunda metade do século XIX, por exemplo, ocorreu com um relativo respeito às línguas locais, embora, evidentemente, o alemão se configurasse como língua de elite. A noção de "protetorado" introduziu um qualificativo político que fez da Bósnia-Herzegovina uma região conquistada e subjugada por meio de acordos exteriores a ela. Neste período teve início a emigração em direção à Turquia dos quadros turcos da administração local, e muitas famílias muçulmanas começam a abandonar a Bósnia.

(29) O "irredentismo" era a doutrina política dos nacionalistas italianos que, depois da unificação, reivindicavam a anexação dos territórios de língua italiana ainda não liberados da dominação estrangeira, notadamente austríaca.

(30) Babuna, Aydin, op. cit.

Nas últimas décadas do século XIX, a região dos Bálcãs não permaneceu estranha a um conjunto de movimentos nacionalistas que colocavam em xeque não apenas os impérios multinacionais centro-europeus, mas também os próprios estados da Europa ocidental. Basta olharmos para os casos da Irlanda em face do Reino Unido ou para a "*Reinaxença*" catalã e o nascimento do nacionalismo basco de Sabino Arana, na Espanha. A contrapartida ao nacionalismo fragmentário — "cada nação, um estado" — vinha dos movimentos de unificação alemão e italiano. Em ambos os movimentos, no entanto, sinais diferenciadores quanto à língua e à "cultura" tornaram-se fundamentais. Podemos afirmar que a idéia de um estado que agrupasse os povos eslavos do Sul se aproximava do modelo ítalo-germano, ao propor a possibilidade de uma comunidade política que reunisse povos de línguas aparentadas e culturas eslavas.

Foi também neste período, como mostra Hobsbawm<sup>31</sup>, que se criou a noção de "povos estatais", aos quais caberia conduzir/assimilar povos "sem história" ou "não-estatais". Se os estados bem-estabelecidos da Europa ocidental tiveram certo "sucesso" na condução dos problemas relativos às suas "minorias nacionais" — por razões que não podemos explorar aqui —, o mesmo não podemos dizer dos estados remanescentes dos grandes impérios centro-europeus. Do mesmo modo, o primeiro conflito bélico mundial em muito se deveu à própria lógica do sistema imperialista: os conflitos imperiais e "nacionais" de então — e, talvez, os de agora também — correspondiam (em grande parte) às necessidades de uma indústria bélica que transformaram a dinâmica da geopolítica das potências centrais<sup>32</sup>.

A I Guerra teve como resultado não apenas uma carnificina sem precedentes na história européia, mas também a reformulação do mapa político da Europa, com a desintegração dos seus três grandes impérios multinacionais<sup>33</sup> e a emergência de novos estados, cujo modelo se inspirava no dos estados-nações da Europa ocidental<sup>34</sup>. Dois elementos devem ser aqui salientados: a não-aplicabilidade do modelo no caso dos territórios remanescentes dos impérios austro-húngaro e otomano<sup>35</sup> e a criação de uma verdadeira situação "colonial" à qual se viram expostos inúmeros povos no interior das novas estruturas estatais, que não lhes garantiam um mínimo de representatividade. Podemos afirmar que muitos dos estados que emergiram do império austro-húngaro trataram de reproduzir no interior de suas fronteiras o mesmo tipo de relação que Viena mantivera com as distintas nacionalidades, mas sem a mesma legitimidade conferida à Monarquia Católica.

No período que sucedeu a I Guerra Mundial observou-se na Europa centro-oriental a afirmação de "povos estatais" — prontos a assumir as estruturas dos novos estados que se formavam — que se contrapunham aos "povos sem estado" ou "sem história". O movimento subsequente foi a formação de novos movimentos nacionalistas e o boicote das então chamadas "minorias nacionais" aos novos estados, muitas vezes dominados por nações com quem elas não possuíam o menor princípio de identidade.

(31) Hobsbawm, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780*. São Paulo: Paz e Terra, 1991, p. 126.

(32) Cf. Hobsbawm, Eric J. *A era dos impérios*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

(33) O caso russo é, contudo, particular, como foi salientado por Dmitri Furman, pois o fim do Império não correspondeu ao fortalecimento de sua ideologia nacional, mas ao seu reverso, e, à diferença dos impérios que se desintegraram no fim da I Guerra e em meio ao processo revolucionário, a Rússia restabeleceu sua integridade territorial. Cf. Furman, Dmitri: "O grande estado russo é uma idéia-armadilha". *Novos Estudos*. São Paulo: Cebrap, n.º 33, jul. 1992. No mesmo número desta revista são de grande interesse para a compreensão da questão nacional na Rússia contemporânea o artigo de Dmitri S. Likhachev, "A natureza nacional da história russa", e a entrevista de Krzysztof Pomian a Pierre Haski e Jean Quatremp, "Uma antiga fratura ameaça o continente".

(34) Cf. Hobsbawm, Eric J. *Nações e nacionalismo...*, op. cit.; *Éra dos extremos: O breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

(35) O modelo de moderno estado-nação traduz a idéia de uma comunidade de destino homogênea de um ponto de vista lingüístico, étnico e religioso que possa demarcar fronteiras geográficas. Sobre a formação da idéia de "nação" ver, entre outros, Anderson, Benedict: *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989; Hobsbawm, Eric J., *Nações e nacionalismo...*, op. cit.

As "minorias nacionais" — que muitas vezes chegavam a compor mais de 50% do total da população! — viam com crescente desconfiança e temor os intuitos integracionistas dos "povos estatais", e estes se deparavam com um estado por demais frágil para conceder autonomia em qualquer nível a estas "minorias"<sup>36</sup>. Na Europa do entre-guerras, lembra Hannah Arendt, cem milhões de indivíduos passaram a conformar as "minorias nacionais", cada vez mais expostas à violência, em meio a uma crise econômica e social sem precedentes, e sem estruturas eficazes que as defendessem<sup>37</sup>.

O princípio do estado-nação — negociado ou imposto ao fim da I Guerra — e a definição de "povos estatais" e "minorias" introduziram um profundo desequilíbrio no conjunto de reciprocidades que regulava as relações entre distintos grupos etnolinguísticos existentes na Europa centro-oriental. O estatuto colonial ao qual se viram submetidos muitos grupos, seu afastamento de quadros burocráticos e da administração local ou mesmo a ingerência de um poder central em sistemas de ensino constituídos em línguas locais, e o ensejo assimilacionista por parte dos "povos estatais" acabaram por gerar tensões e desconfianças. O caráter arbitrário das fronteiras fez com que, subitamente, muitos alemães se encontrassem sob o jugo checo ou polonês, culturas às quais não sentiam o mínimo desejo de se incorporar, e o mesmo podemos afirmar com relação a inúmeros grupos minoritários que passaram a ver o seu estatuto político no interior dos novos estados com crescente temor<sup>38</sup>. No caso específico da Iugoslávia, seu projeto de moderno estado-nação confundiu-se — em especial no primeiro período, que vai de 1918 à sua desagregação ao longo da II Grande Guerra — com o da "Grande Sérvia", o que não deixou de gerar enfrentamentos e receios entre os distintos povos que habitavam a região.

Temos, então, a dissolução deste "mundo" de certa maneira estruturada do qual nos faz um belo relato Elias Canetti, que passou sua infância num pequeno povoado às margens do Danúbio:

*Ruschuk, no Danúbio inferior, de onde cheguei ao mundo, era uma cidade maravilhosa para uma criança, e se eu disser que fica na Bulgária, darei uma imagem incompleta dela, pois lá viviam pessoas das mais diferentes origens, e num dia só podiam-se ouvir sete ou oito idiomas. Além dos búlgaros, freqüentemente vindos do campo, havia muitos turcos, que viviam no seu próprio bairro, e limitando-se com este havia o bairro dos sefardins, o nosso. Havia gregos, albaneses, armênios, ciganos. Da outra margem do Danúbio vinham os romenos; minha ama, de quem não me lembro, era romena. Havia ainda alguns russos<sup>39</sup>.*

Em Ruschuk, distintas comunidades, definidas ora por sua confissão, ora por sua história, língua ou cultura, organizavam o seu universo de relações sociais. Canetti faz um relato memorialístico do qual evidentemente

(36) Cf. Hobsbawm, Eric J. *Nações e nacionalismo...*, op. cit.; Arendt, Hannah. *As origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

(37) Cf. Arendt, Hannah, ibidem, pp. 300-336. Neste período criaram-se inúmeros povos que não viam assegurada sua integridade no interior de uma estrutura política. O massacre armênio perpetrado pelo regime dos Jovens Turcos, que vitimou mais de um milhão e meio de armênios entre 1915 e 1918, foi o primeiro etnocídio com características "modernas", ou seja, coordenado e executado cuidadosamente pelo estado a partir de uma ideologia nacionalista absolutamente excludente e "genocidária" de minorias no interior de suas fronteiras políticas. Cf. *Um genocídio em julgamento: o processo de Talaat Paxá na República de Weimer*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

(38) Cf. Hannah, Arendt, ibidem.

(39) Canetti, Elias. *A língua abolvida*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 12.

não nos é possível tirar conclusões gerais para o conjunto da Europa centro-oriental, mas o qual nos sugere que as fronteiras entre os grupos se repunham não em um mapa geográfico, mas nos laços que ora os aproximavam, ora os distanciavam; o monolinguísmo era exceção nos mercados onde Oriente e Ocidente se encontravam. Ali, entre a gente miúda e longe dos grandes fóruns decisórios internacionais, a convivência, ainda que às vezes difícil, era possível.



São estes acontecimentos situados tão longe no tempo que dotam o conflito atual de um mínimo de inteligibilidade? Se não totalmente — como já ficou claro em função dos acontecimentos recentes —, são fundamentais. Por um lado — como fica claro no artigo de Bérenger —, o destino dos povos balcânicos veio marcado por uma contínua interferência dos grandes centros de poder; por outro, a história nos leva a estruturas antigas às quais modernos estados nacionais procuraram se adaptar — ou eliminar.

Tal foi o caso da Iugoslávia. Num primeiro momento, *grosso modo*, a união dos eslavos do Sul ocorreu sob a evidente égide de um "povo estatal", os sérvios — o que teve conseqüências desastrosas ao longo da II Guerra<sup>40</sup>. A vitória dos *partisans* na luta contra o nazi-fascismo e a fundação do moderno estado iugoslavo sob a batuta do marechal Tito — com imensa legitimidade interna e externa — se fizeram, contudo, na tentativa de combinar um estado forte com as estruturas comunitárias anteriores. Poderíamos dizer que a originalidade da Federação ficou patente quando, em 1974, uma adscrição até então religiosa se transformou em "nação": "Muçulmano" passou, então, a ser escrito com "M" maiúsculo<sup>41</sup> e esta comunidade a constar ao lado das demais nacionalidades que faziam parte da Federação. No entanto, a relativa liberdade da qual desfrutaram os intelectuais iugoslavos nas décadas que sucederam o pós-guerra deu origem a um conjunto de manifestações culturais que procuravam sua originalidade nas especificidades dos grupos que as alimentavam. Ao lado portanto de uma intelectualidade "iugoslava" havia aqueles literatos e escritores que afirmavam sua produção nas línguas e tradições locais. Aqui, "diversidade" não se traduz em "problema", mas em riqueza. Algo muito distinto do ocorrido com os magiares da Transilvânia romena, com os "turcos" ou ciganos da Bulgária, ou com os alemães dos sudetos checos, deportados com o fim da II Guerra. Pelo menos no que se refere à literatura, a moderna Iugoslava se orgulhava de possuir um sistema que se expressava em pelo menos cinco línguas e dois alfabetos.

No entanto, a própria estrutura do partido único, que procurava ser o tradutor da "política" e portanto dos conflitos, acabou por criar uma ficção em torno da suposta "fraternidade" entre os distintos povos da região. Aquilo que no âmbito da alta cultura era visto com orgulho, e no universo

(40) Cf., entre outros, Rapacka, Joanna, op. cit.; Bougarel, Xavier, op. cit.

(41) Cf. Bougarel, Xavier, op. cit.

das relações miúdas entre os indivíduos como uma "realidade" que dizia respeito a formas de vida e visões de mundo, não encontrou o seu lugar na política, no espaço público. As especificidades culturais de cada grupo foram transformadas em riqueza lingüística ou, pejorativamente, em folclore, escamoteando disputas e interesses que encontravam na "etnia" não uma forma "arcaica" de expressão, mas aquela dotada de sentido.

Neste contexto, a Bósnia se conformou como uma república *sui generis* em meio a entidades políticas que possuíam claras maiorias étnicas, lingüísticas ou religiosas. Sua população estava classificada entre muçulmanos, sérvios e croatas — isto para não falar de outras minorias, como judeus e ciganos. Em face da guerra civil, não terá sido difícil para os inimigos da Bósnia acusar os muçulmanos de fundamentalistas, embora uma considerável parte de sua população fosse tão laica quanto a maioria "católica" da França. Por outro lado, ao longo do conflito bélico, croatas e sérvios da Bósnia contariam sempre com a referência e com o apoio de realidades políticas bastante próximas e concretas: a Croácia e a nova Iugoslávia. No caso dos bósnios "muçulmanos" uma ajuda hipotética viria do "mundo islâmico" ou, quando muito, de uma Turquia também distante.

Encontramos, assim, um país marcado por um fenômeno definido por Mary Kaldor<sup>42</sup> como "novo nacionalismo": as diferenças entre as comunidades são, agora, irredutíveis. A existência de uma língua comum pouco parece representar diante de entidades "étnicas" que classificam os indivíduos como se fossem portadores de uma "marca no corpo" da qual não pudessem se desfazer. Particularidades históricas ou de cultura existentes entre os distintos grupos são "naturalizadas", e as distintas comunidades passam a ser definidas a partir dos vícios e virtudes dos seus antepassados. A formação, portanto, de partidos nacionalistas, em vez de trazer para a cena pública a demanda de cada uma das comunidades, e assim fundá-la no conflito permanente característico das modernas democracias, conduziu à sua fragmentação. Como será lembrado nos artigos de Blackburn e Ivekovic, muito do ocorrido se deve à miopia das elites locais, sobretudo no que tange à Sérvia e à Croácia, que geraram a líderes nacionalistas que "reinventam" a "etnia" já não sobre a idéia de uma comunidade de sentido formada pelos eslavos do Sul, mas sobre a desconfiança e o temor.

Véronique Nahoum-Grappe<sup>43</sup> é pungente na descrição da violência à qual foram expostas as populações de Srebrenika, Zepa, Banja Luka e Gorazde: a "limpeza étnica", tão freqüente nos dias que correm — vide Ruanda e Burundi<sup>44</sup> — diz respeito a uma operação de terror e pilhagem com o objetivo de "limpar", exterminar ou deslocar aquela área de populações indesejáveis. O processo prévio de depuração de não-sérvios de cargos burocráticos, diplomáticos e do exército ocorrido no fim da década de 80 anunciava a formação da "Grande Sérvia"; a identificação das famílias e dos indivíduos a serem "depurados", a pilhagem dos seus bens, a obstrução ao seu acesso aos lugares de trabalho configuravam a premeditação da "limpeza étnica": a deportação, o estupro de mulheres e o assassinato em massa.

(42) Kaldor, Mary, op. cit.

(43) Nahoum-Grappe, Véronique, op. cit.

(44) Bougarel (op. cit.) procura diferenciar a violência em Ruanda e Burundi daquela da guerra da Bósnia. No entanto, creio que há mais fatores que as aproximam do que os que as distanciam: o número superior de vítimas no caso africano não é suficiente para que não pensemos em processos de genocídio na Bósnia-Herzegovina.

É revelador o olhar que lança sobre a guerra um grupo de Capacetes Azuis da ONU de origem samburu (grupo étnico do Quênia) enviado à Bósnia: seu olhar é de horror. Vindos de uma tribo guerreira, a sua noção de guerra em muito se distancia daquela que encontraram na "civilizada" Europa, onde os morteiros são lançados não contra guerreiros, mas contra velhos, mulheres e crianças<sup>45</sup>. Nahoum-Grappe é incisiva também quando se refere à impotência/incompetência das organizações internacionais com mandato de proteger as populações civis.

O artigo de Blackburn, escrito ainda durante o conflito, é claro no que se refere às possibilidades de ação dos organismos internacionais em aliança com grupos democráticos da própria Iugoslávia. É evidente, no entanto, que a guerra sempre tem os seus "senhores", aqueles que lucram com ela, e que a Iugoslávia foi vítima do fim da Guerra Fria, entre outras coisas, por configurar-se como um promissor mercado de material bélico, o que o embargo não pôde impedir. Acredito que um dos elementos que tornaram isto possível foi a vitória da política do medo e da acusação, que contrapôs comunidades antes ligadas por laços sociais, culturais, lingüísticos e "de sangue"<sup>46</sup> que mais as aproximavam do que distanciavam. A reinvenção da "etnia" e da "nação" deu-se num contexto de fragmentação institucional e política e crise econômica, sem falar no fato da impossibilidade de "territorializar" a "nação" partindo de um mínimo de homogeneidade — como nos casos da Eslovênia e das Repúblicas Checa e Eslovaca. A reinvenção<sup>47</sup> das "nações" e de suas tradições ocorreu no interior de um processo de reconstrução histórica que apelava para momentos trágicos do passado — ora míticos, como a "Sérvia Celestial", ora reais, como os massacres da II Guerra — que, na lógica da política do medo, se apresentavam plenos de sentido num presente e num futuro incertos. A pátria dos eslavos do Sul se despedaça e, com ela, seu microcosmos: a Bósnia-Herzegovina. A "comunidade étnica" — reinventada — parece ser o único universo de sentido diante de um mundo que se desfaz rapidamente. Algo "natural", como foi "natural" a guerra com tudo aquilo que a caracterizou: violência, massacres, operações de limpeza. Os acordos de Dayton firmados em 1996 não fizeram mais do que transportar para o mapa a "realidade" que se inventou com a guerra: uma Bósnia dividida entre, de um lado, croatas e muçulmanos — numa aliança ainda frágil — e, de outro, os sérvios da Bósnia.

Ainda durante o conflito, em 1995, em face da evidência da "morte" do seu país, o escritor bósnio Pedrag Matvejevic, nascido na cidade partida de Mostar, manifestou seu desencanto diante da "ação" da comunidade internacional:

*A Bósnia-Herzegovina, plurinacional e multicultural, está mortalmente ferida e, com ela, a nossa fé em um mundo onde o pluralismo nacional e cultural deveria ser possível. A brutalidade e a barbárie são encorajadas pela inércia e pela indiferença. Os sinos dos mortos já tocam há*

(45) Refiro-me a um recente documentário apresentado na França no início de janeiro de 1996. Cf. *Le Monde*, 13-19/01/96, p. 6.

(46) Dividir a população da Bósnia a partir de substratos culturais irredutíveis já configura uma operação absolutamente ideológica. Fazer esta operação partindo de um pressuposto biológico, além de "fora de moda", é insano.

(47) Hobsbawm, Eric. J e Ranger, Terence. *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

*mais de três anos, sem dissuadir a consciência daqueles que deveriam decidir por nós ou em nosso nome. A Europa pediu demissão da Bósnia. Seus governos renegam sua responsabilidade ou a jogam de um para outro. Maastrich capitulou, moralmente, diante de Sarajevo*<sup>48</sup>.

(48) Matvejevic, Pedrag, op. cit., p. vii.

Por tudo isto, temos uma guerra que não nos deixou heróis além da própria população civil, que resistiu ao cerco e às sucessivas deportações. Não podemos deixar de olhar com um misto de ironia e perplexidade o fato de que as mesmas lideranças políticas que apareceram no início do conflito — Milosevic, Trujman, Izlobevic — ocupam os mesmos cargos que antes, e de que poucas responsabilidades políticas foram apuradas. Véronique Nahoum-Grappe desenha um panorama bastante preocupante do quadro político da atual Iugoslávia, em função da estabilidade de seu presidente. Nos últimos tempos, no entanto, pudemos observar líderes da oposição — alguns, antigos quadros do próprio *establishment* de Milosevic, outros, incógnitas políticas — lograr trazer às ruas a população de Belgrado e de outras cidades sérvias exigindo que fossem apuradas as fraudes das últimas eleições e que se processasse a democratização definitiva das instituições do país.

A falta de heróis fica patente na filmografia que, de distintas maneiras, pôs em foco o conflito balcânico — e sabe-se que o cinema tem evidente preferência pela polarização heróis/verdugos. Em *Le regard D'Ulysse* (Theo Angelopoulos, Grécia, 1995), um diretor grego exilado nos Estados Unidos retorna ao seu povoado natal com o objetivo de, a partir dali, iniciar a busca das míticas películas dos irmãos Manakis, que no início da história do cinema registraram as gentes e os costumes dos Bálcãs. Nesta viagem, reencontra uma região marcada pelo medo e pela angústia, e depois de percorrer, como num labirinto tarkovskiano, as diversas camadas do Oriente europeu chega por fim a Sarajevo, que sofre o assédio do cerco: os carrascos são invisíveis e se escondem nos montes que cercam a cidade, seus habitantes são tenazes, e nos dias de neblina passeiam pelas margens do rio e se encontram com grupos de teatro e músicos que os lembram em que cidade vivem.

Em *Before the rain* (Milcho Manchevski, Macedônia/Inglaterra/França, 1994) distintas histórias se entrecruzam, criando um círculo temporal que não se fecha, um ciclo de violência e vendeta que não tem fim. Após muitos anos no exílio, um fotógrafo macedônio retorna ao seu povoado de origem e o encontra dividido por uma linha que separa macedônios e albaneses. Tendo passado pela Bósnia, não crê que ali tais clivagens possam levar à violência e à guerra. A aldeia está, contudo, dividida pelo medo e pela desconfiança entre comunidades que, nas suas lembranças, viviam pacificamente. A memória que detêm os mais velhos desta convivência — muitas vezes reiterada — parece não poder conter grupos de milícias que mantêm aterrorizados seus habitantes. Neste filme magistral, os carrascos emergem do interior da própria comunidade e o crime e o assassinato se mostram,

mais do nunca, fratricidas. A metáfora de um "círculo que não é redondo" sugere a desesperança de uma violência em espiral, sem solução.

Mais complexo é *Underground* (Emir Kusturica, França/Alemanha/Hungria, 1995), que propõe uma interpretação da história recente de um país que já não existe. Com a frase "Era uma vez um país..." Kusturica inicia a alegoria da história recente da Iugoslávia numa frenética fábula plena em metáforas que sugere a picaresca mediterrânica, seu gosto pela vida e seu desprezo pela morte. Entre a guerra de 40 e a de 90 existiria um grande "entre-guerras" em que teriam se acumulado mentiras e tensões. Ao sair do porão a que fora confinado um dos personagens por mais de quarenta anos, a ilusão da Iugoslávia se desfaz diante do absurdo da guerra. A perplexidade se manifesta quando irmãos se matam entre si, quando a traição se transforma numa forma de vida: muitos sucumbem, não aos morteiros, mas à loucura.



Os acordos de Dayton de 1996 acabaram por confirmar a separação do país entre uma federação muçulmano-croata e uma região sérvia, transformando, parcialmente, numa realidade territorial as conquistas bélicas das milícias sérvias. O futuro dos Bálcãs ainda é nebuloso — aí estão as crises políticas da Bulgária, da atual Iugoslávia, a fragilidade institucional da Bósnia-Herzegovina, sem falar das explosivas situações de Kosovo e da Albânia. Tendo em mente a complexidade da temática, a revista *Novos Estudos* organizou este Dossiê Bósnia-Herzegovina, cujos artigos foram parcialmente comentados nesta introdução. Salientamos que a idéia do Dossiê partiu de discussões internas da equipe de pesquisadores do Cebrap ao longo do conflito, bem como do debate provocado pela conferência pronunciada pelo professor Jean Bérenger em maio de 1996 nesta instituição, publicado aqui integralmente. O Dossiê conta ainda com o artigo de Robin Blackburn, parte de um conjunto mais amplo de trabalhos publicados nos últimos anos pela *New Left Review*, escrito ainda durante a guerra civil, e com o trabalho inédito de Ivan Ivekovic.

Recebido para publicação em  
7 de fevereiro de 1997.

Omar Ribeiro Thomaz é doutorando em Antropologia Social na USP e pesquisador do Cebrap. Já publicou nesta revista a resenha "O espelho partido" (nº 37).

---

Novos Estudos  
CEBRAP  
N.º 47, março 1997  
pp. 3-18

---